Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento e montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantidos;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 15 de Novembro de 2006, pelas 11 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

Informação — Plano de insolvência

Pode ser aprovado plano de insolvência com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de plano de insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do juiz (artigo 193.º do CIRE).

15 de Setembro de 2006. — O Juiz de Direito, *Paulo Fernando Dias Silva*. — O Oficial de Justiça, *A. Miranda*. 3000219078

ORGANISMOS AUTÓNOMOS

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Medicina

Despacho n.º 53/2006

Na sequência do despacho de adjudicação de 6 de Julho de 2006 do reitor da Universidade de Coimbra, proferido por delegação de competências [despacho n.º 15 508/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 136, de 18 de Julho de 2005], Carla Isabel dos Santos Marques foi contratada, em regime de prestação de serviços, na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, pelo período de um ano, com início em 7 de Julho de 2006.

20 de Setembro de 2006. — A Directora de Administração, *Célia Maria Ferreira Tavares Cravo*. 1000306017

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Faculdade de Ciências e Tecnologia

Aviso n.º 115/2006

Por despacho de 1 de Agosto de 2006 do reitor da Universidade Nova de Lisboa, foi celebrado com a Doutora Natália de Fátima Teixeira Correia contrato de trabalho a termo certo para desempe-

nar funções correspondentes à categoria de investigador auxiliar no Laboratório Associado de Química CQFB da FCT, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2006, por um ano, renovável até ao máximo de cinco anos. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Outubro de 2006. — O Secretário, *Luís Filipe G. Gaspar*. 3000217443

Aviso n.º 116/2006

Por despacho de 22 de Setembro de 2006 do reitor da Universidade Nova de Lisboa, foi celebrado com a Doutora Alexandra Maria Moita Antunes contrato de trabalho a termo certo para desempenhar funções correspondentes à categoria de investigador auxiliar no Laboratório Associado de Química CQFB da FCT, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2006, por um ano, renovável até ao máximo de cinco anos. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Outubro de 2006. — O Secretário, *Luís Filipe G. Gaspar*. 3000217444

AUTARQUIAS

CÂMARA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA

Aviso

Abertura de procedimento concursal para preenchimento de cargo de direcção intermédia do 2.º grau do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Albufeira.

Faz-se público que irá ser publicitado na bolsa de emprego público, disponível na Internet no endereço www.bep.gov.pt, no dia 7 de Dezembro de 2006, anúncio de concurso para o cargo de direcção intermédia do 2.º grau de chefe de divisão municipal da Divisão de Recursos Humanos do quadro de pessoal do município de Albufeira.

7 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Desidério Jorge Silva*. 1000307555

CÂMARA MUNICIPAL DE CINFÃES

Aviso

Contratação de pessoal a termo resolutivo certo, a tempo parcial

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do presidente da Câmara Municipal de 13 de Setembro de 2006, foram celebrados contratos a termo resolutivo certo, a tempo parcial, ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, conjugado com os artigos 180.º e seguintes da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, para exercer funções de auxiliares de acção educativa nos jardins-de-infância e escolas do 1.º ciclo do ensino básico do concelho de Cinfães, com as candidatas Fernanda de Resende Rocha Duarte, Adélia Maria Barros de Oliveira Mendes, Patrícia Joana Tavares da Silva, Emília de Jesus Vieira da Silva, Sónia Daniela Caldeira Mouta, Sara Maria Santos Barbosa, Rosa Maria Soares Teixeira, Eliana Matilde Gonçalves Adegas, Maria Luísa Pereira Ferreira, Maria Manuela Sousa Lopes, Paula Cristina Vasconcelos Oliveira, Teresa Bárbara Bento Prudêncio Ramalho, Marta Teresa Pereira Dias, Lúcia da Conceição Pinho Rangel, Maria Manuela Almeida de Noronha Teixeira, Maria Carmínia da Silva Paiva Rosa, Patrícia Alexandra Alves Pereira, Maria da Glória Teixeira Costa, Maria Irene Campelo do Amaral Machado, Deolinda da Mouta Pereira Pinto Caldeira, Maria Justina Moreira Mendes Caldeira, Maria Conceição Teixeira, Noémia Susana Teixeira Barbosa, Paula Cristina Silveira da Costa, Maria da Glória Moreira Fernandes, Sandra Manuela Cardoso Ferreira, Paula Cristina Noronha da Silva Madureira, Maria Fernanda Barbosa Mendes, Salomé Raquel Soares da Rocha Ramalho, Idalina Susana Gonçalves Seabra, Carla Sofia da Silva Vasconcelos, Donzelina Manuela da Rocha Cardoso Rodrigues, Maria Laura Botelho Mendes e Maria do Rosário Alves Sales, com início em 18 de Setembro de 2006 e termo em 17 de Julho de 2007 e cuja remuneração é de € 3,01 por hora de trabalho, Cláudia Marisa da Rocha Almeida, Maria de Fátima Moreira Nogueira Mendes, Carina Alexandra Soares da Costa, Susana Raquel Pereira da Costa Esteves, Alice Pinheiro Beleza Vasconcelos, Daniela Isabel da Rocha Pereira, Maria

de Fátima Rodrigues Moreira, Susana Manuela da Mouta Caldeira Teixeira, Telma Luciana Pereira Pinto, Maria Elza Pinto Pereira Gouveia Silva, Alexandrina Maria da Silva Cardoso, Maria Armanda Madureira dos Santos, Cristina Norberta Madureira da Rocha, Tatiana Cristina da Cunha Gonçalves, Anabela Maria Rocha de Carvalho Monteiro, Maria Goreti Nunes Vieira e Fátima Cristina Ribeiro de Jesus Maia, com início em 19 de Setembro de 2006 e termo em 17 de Julho de 2007 e cuja remuneração é de € 3,01 por hora de trabalho, Maria do Céu Fernandes Moreira, Ana Sara da Costa Cardoso Madureira, Elsa Marina da Silva Pereira e Teresa Maria de Jesus Nogueira, com início em 20 de Setembro e termo em 17 de Julho de 2007 e cuja remuneração é de € 3,01 por hora de trabalho, Sónia Maria de Azevedo Miranda e Tânia Raquel Madureira de Melo, com início em 21 de Setembro de 2006 e termo em 17 de Julho de 2007 e cuja remuneração é de € 3,01 por hora de trabalho, Maria Regina Rodrigues Ribeiro e Maria Pinto Alves, com início em 25 de Setembro de 2006 e termo em 17 de Julho de 2007 e cuja remuneração é de € 3,01 por hora de trabalho, Andreia Alexandra da Silva Costa Teixeira e Maria de Fátima de Vasconcelos Marques Andrade, com início em 27 de Setembro de 2006 e termo em 17 de Julho de 2007 e cuja remuneração é de € 3,01 por hora de trabalho, Paula Alexandra Carmezim Ribeiro, com início em 28 de Setembro de 2006 e termo em 17 de Julho de 2007 e cuja remuneração é de € 3,01 por hora de trabalho, e Sandra Manuela Pereira Pinto, com início em 6 de Outubro de 2006 e termo em 17 de Julho de 2007 e cuja remuneração é de € 3,01 por hora de trabalho. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

31 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Manuel Pereira Pinto*. 1000307537

Aviso

Prorrogação de contratos de trabalho a termo resolutivo certo

Nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local, e por força do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, e por despacho do presidente da Câmara das seguintes datas:

De 10 de Julho de 2006:

Adélia Susana da Silva Felício, Aurélia Cristina Duarte Pereira, Vera Lúcia Cardoso Ferreira Madureira, Lídia Maria Ribeiro Duarte e Isabel Ferreira Andrade Jesus — prorrogado o contrato com a categoria de auxiliar de acção educativa e o vencimento ilíquido mensal de € 457,13, por mais um ano, iniciado em 20 de Setembro de 2004.

De 12 de Junho de 2006:

Marta Alexandra da Rocha Vinagre e António Manuel Vieira Bernardino — prorrogado o contrato com a categoria de professor do 2.º ciclo do ensino básico, variante Português/Inglês e com o vencimento ilíquido mensal € 1074,48, iniciado em 3 de Outubro de 2005.

De 12 de Junho de 2006:

Zilá Isabel Alves de Ascensão Miranda — prorrogado o contrato com a categoria de professor do 2.º ciclo do ensino básico, variante Português/Inglês, e com o vencimento ilíquido mensal € 1074,48, iniciado em 17 de Outubro de 2005.

De 30 de Junho de 2006:

Madalena dos Santos Ferreira — prorrogado o contrato com a categoria de técnico profissional de biblioteca e documentação de 2.ª classe e com o vencimento ilíquido mensal € 640,62, iniciado em 2 de Agosto de 2005.

[Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos da alínea *g*) do n.º 3 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

31 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Manuel Pereira Pinto*. 1000307538

CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE

Aviso

Discussão pública

Fernando João Couto Cepa, presidente da Câmara Municipal de Esposende, torna público que, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 27.º e no n.º 3 do artigo 22.º, ambos do Decreto-Lei n.º 555/99,

de 16 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, se encontra em discussão pública a alteração ao licenciamento de operação urbanística de loteamento aprovado pelo alvará de loteamento n.º 03/93, processo n.º 1182/82, alteração esta requerida por António Viana Rolo Agra, com residência no lugar de Azevedo, freguesia de Antas, concelho de Esposende, e que incide sobre o prédio rústico descrito na Conservatória do Registo Predial de Esposende sob o n.º 00680 da freguesia de Antas.

Mais torna público que a discussão pública se fará por um período de 15 dias contados após passarem outros 15 dias sobre a data da publicação deste aviso no *Diário da República*, sendo certo que o processo se encontra patente, para consulta, na Divisão de Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Esposende, sita no edifício dos Paços do Concelho, Praça do Município de Esposende.

As reclamações, sugestões ou meras observações deverão ser entregues, por escrito, no local acima referido durante o prazo de discussão pública.

2 de Novembro de 2006. — Pelo Presidente da Câmara, (*Assinatura ilegível*). 3000219201

CÂMARA MUNICIPAL DA GUARDA

Aviso

Renovação de contrato de trabalho a termo resolutivo certo

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do vereador da Câmara Municipal da Guarda Virgílio Edgar Garcia Bento, no uso de delegação de competência de 27 de Outubro de 2006, é renovado, a partir de 10 de Novembro de 2006, por mais um ano, o contrato de trabalho a termo resolutivo certo na categoria de técnica de 2.ª classe na área de nutrição, social e escolar, nos termos do estabelecido no artigo 140.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, com Dânia Veloso Dinis, escalão 1, índice 295.

2 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Joaquim Carlos Dias Valente*. 1000307560

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA

Aviso

Anulação de concurso externo

Para os devidos e legais efeitos se torna público que, por meu despacho de 9 de Outubro do corrente ano, foi, por força dos condicionantes financeiros previstos no artigo 17.º da Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro, anulado o concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de técnico superior de arquitectura de 2.ª classe, cujo aviso de abertura foi publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 240, de 16 de Dezembro de 2005.

9 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Inácio Marques Eduardo*. 1000307519

Aviso

Anulação de concurso

Para os devidos e legais efeitos se torna público que, por meu despacho de 9 de Outubro do corrente ano, foi, por força dos condicionantes financeiros previstos no artigo 17.º da Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro, anulado o concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de técnico superior de arquitectura de 2.ª classe, cujo aviso de abertura foi publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 6, de 9 de Janeiro de 2006.

9 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Inácio Marques Eduardo*. 1000307550

Aviso

Anulação de concurso externo

Para os devidos e legais efeitos se torna público que, por meu despacho de 9 de Outubro do corrente ano, foi, por força dos condicionantes financeiros previstos no artigo 17.º da Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro, anulado o concurso externo de ingresso para provi-